

CIDADE E PODER LOCAL NO MUNICÍPIO DE DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO – CEARÁ – BRASIL

CITY AND LOCAL POWER IN THE MUNICIPALITY OF DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO – CEARÁ – BRAZIL

CIUDAD Y PODER LOCAL EN EL MUNICIPIO DE DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO – CEARÁ – BRASIL

Jonas Lima Maciel

Instituto Federal do Ceará (IFCE)
jonaslimamaciel@hotmail.com

Cleiton Marinho Lima Nogueira

Instituto Federal do Ceará (IFCE)
cleiton.nogueira@ifce.edu.br

RESUMO

Esse trabalho objetiva fazer uma análise do território de Deputado Irapuan Pinheiro-CE. A discussão começa com a ocupação do povoado de São Bernardo, onde, até então, inexistiam direitos e instituições no território, causando insatisfação popular e, conseqüentemente, a emancipação política do distrito em 1988. Essa pesquisa inclui, também, uma abordagem sobre os acordos necessários para que o processo emancipacionista obtivesse êxito, incluindo relações entre políticos estaduais, lideranças locais e sociedade civil. Ademais, a discussão do espaço pós-emancipação também se faz presente, tendo como foco o poder local, sobretudo, os agentes que atuaram no processo de emancipação e nas décadas subsequentes, desencadeando inúmeras transformações sociais e metamorfoses espaciais que resultaram na aquisição de cidadania com a descentralização política. Os procedimentos metodológicos incluíram: 1) revisão bibliográfica sobre a rede urbana cearense, pequenas cidades, história e geografia local e criação de municípios; 2) análise de documentos históricos, religiosos, escritos e iconográficos; 3) entrevistas com antigos moradores, políticos e ex-políticos da região Sertão Central do Ceará e munícipes; 4) levantamento de dados estatísticos; 5) visitas de campo; 6) produção de mapas com os dados coletados. Tais procedimentos, devidamente confrontados e suplementados, permitem uma análise ampla desses processos. Nesse sentido, a pesquisa concluiu que com a emancipação do município ocorreram inúmeras melhorias relacionadas à aquisição da cidadania. No entanto, concomitantemente a isso, percebe-se um município dependente de receitas externas, do setor público e dos municípios vizinhos, com práticas de clientelismo político, impedindo, assim, a cidadania plena por parte dos munícipes irapuenses.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania; Emancipação Política; Deputado Irapuan Pinheiro-CE; Pequenas cidades; Poder local.

ABSTRACT

This work aims to analyze the territory of Deputado Irapuan Pinheiro-CE. Starting the discussion from the occupation of the village of São Bernardo, including the absence of rights and institutions in the territory that brought popular dissatisfaction culminating in the process of political emancipation of the district, concluded in 1988. The emancipation process to be successful, including relations between state politicians, local leaders and civil society. in addition, the discussion of the post-emancipation space is present, focusing on local power, especially the agents who acted in the emancipation process and in subsequent decades, which culminated in numerous social transformations, spatial metamorphoses that resulted in the acquisition of citizenship with the decentralization. The methodological procedures included: 1) bibliographic review on the urban network of Ceará, small towns, history and local geography, creation of municipalities; 2) analysis of historical, religious, written and iconographic documents; 3) interviews with former residents, politicians and former politicians of the Sertão Central region of Ceará and citizens; 4) survey of statistical data; 5) field visits; 6) production of maps with the collected data. Such confronted and supplemented procedures allow a broad analysis of these processes. In this context, from the research, it is concluded that numerous improvements and acquisition of citizenship occurred with the emergence of the municipality, however, concomitantly, a municipality dependent on external revenues, the public sector and neighboring municipalities, with practices of clientelism is perceived policy that prevent full citizenship by the Irapuenses.

KEYWORDS: Citizenship; Political Emancipation; Deputado Irapuan Pinheiro-CE; Small cities; Local power.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar el territorio de Deputado Irapuan Pinheiro-CE. A partir del proceso de ocupación de la villa de São Bernardo, incluyendo la ausencia de derechos e instituciones en el territorio que trajo el descontento popular resultando en la emancipación política del distrito, en 1988. La investigación también aborda los acuerdos necesarios para que el proceso de emancipación tenga éxito, incluyendo las relaciones entre los políticos estatales, los líderes locales y la sociedad civil. Además, está presente la discusión del espacio post-emancipación, centrándose en el poder local, principalmente los agentes que actuaron en el proceso emancipador y las décadas posteriores, que culminaron en transformaciones sociales, metamorfosis espaciales que desembocaron en la adquisición de la ciudadanía con la descentralización. Los procedimientos metodológicos incluyeron: 1) revisión bibliográfica sobre la red urbana de Ceará, pequeños pueblos, historia y geografía local, creación de municipios; 2) análisis de documentos históricos, religiosos, escritos e iconográficos; 3) entrevistas con ex residentes, políticos y ex políticos de la región del Sertão Central de Ceará y ciudadanos; 4) relevamiento de datos estadísticos; 5) visitas de campo; 6) elaboración de mapas con los datos recogidos. Tales procedimientos confrontados y complementados permiten un análisis amplio de estos procesos. Así, con base en la investigación, se concluye que las mejoras y la adquisición de ciudadanía ocurrieron con el surgimiento del municipio, sin embargo, se percibe un municipio dependiente de ingresos externos, del sector público y municipios vecinos, con prácticas de clientelismo político que impiden plena ciudadanía de los irapuenses.

PALABRAS-CLAVE: Ciudadanía; Emancipación Política; Deputado Irapuan Pinheiro-CE; Pequeñas ciudades; Poder local.

1. INTRODUÇÃO

O município de Deputado Irapuan Pinheiro está localizado na macrorregião cearense do Sertão Central e possui uma população de 8.932 habitantes (IBGE, 2022). Em sua divisão político-administrativa, o município possui seis distritos (Sede, Betânia, Baixio, Aurora, Maratoan e Velame). No distrito-sede encontra-se um incipiente comércio e a oferta de alguns serviços públicos (de saúde, educação, segurança e órgãos públicos), desenvolvendo uma pequena centralidade que atrai fluxos cotidianos de moradores dos demais distritos e das áreas rurais.

O desenvolvimento do pequeno núcleo urbano na atual sede ficou mais evidente a partir do processo de emancipação política concluído em 28 de abril de 1988, quando, o então Distrito de Tataíra e alguns povoados dos distritos vizinhos Assunção e São José, foram desmembrados do município de Solonópole, formando um novo município: Deputado Irapuan Pinheiro.

Nesse artigo, esse evento foi tratado como um marco divisório na compreensão das mudanças nesse espaço e da busca por direitos sociais, civis e políticos ocorridas em Deputado Irapuan Pinheiro. Com a formação do novo território político-administrativo, o município experienciou modificações consideráveis, tais como, novos objetos geográficos, uma nova dinâmica socioeconômica e o desenvolvimento de um pequeno núcleo urbano e povoados.

Ao entrevistar moradores antigos, a descrição da paisagem pré-emancipação é unânime: carência de infraestruturas, comércio pouco desenvolvido, economia baseada na agricultura de

subsistência e serviços públicos praticamente inexistentes. Até o fim da década de 1980, a população necessitava deslocar-se à Sede de Solonópole em condições precárias (60 km de distância, em estrada não pavimentada) para ter acesso aos mais básicos serviços.

Nesse contexto, o objetivo central deste trabalho é analisar as metamorfoses espaciais no espaço de Deputado Irapuan Pinheiro-CE a partir da influência do poder local e da emancipação política. Além disso, pretende-se compreender também outros fatores, dentre eles: aspectos que contribuíram para emancipação; como a ascensão à categoria de município condicionou as mudanças no espaço; registrar as políticas públicas e infraestruturas adquiridas após o processo de emancipação e a melhoria na qualidade de vida da população. O estudo utiliza como recortes espaciais para estas análises, a sede municipal e os dois maiores distritos (Baixio e Betânia).

A pesquisa em questão justifica-se em virtude da necessidade de desenvolver estudos sobre pequenos municípios e pequenas cidades, ainda raros na ciência geográfica. No âmbito acadêmico, a pesquisa suscita debates relevantes para o contexto de criação e expansão de pequenos núcleos urbanos no sertão nordestino, já que esses processos se assemelham bastante.

Nesse contexto, os procedimentos de pesquisa incluíram: 1) Revisão bibliográfica sobre rede urbana cearense, pequenas cidades, história e geografia local; 2) Análise de documentos históricos (arquivos públicos e leis das câmaras municipais e prefeituras de Solonópole e Deputado Irapuan Pinheiro, além de memoriais e arquivos do Governo do Estado do Ceará e da Assembleia Legislativa); 3) Entrevistas semiestruturadas com moradores, políticos, ex-políticos da região Sertão Central do Ceará e outros munícipes que se configuram como agentes relevantes dos processos estudados nessa pesquisa, totalizando 21 entrevistas.

Também foram feitos levantamentos de dados estatísticos como censos do IBGE, dados de arrecadação do município encontrados em documentos históricos e no portal da transparência (4); visitas de campo às zonas urbanas dos distritos, vias de transporte do município e objetos geográficos (igrejas, prédios e escolas) a fim de compreender as metamorfoses espaciais e carências na infraestrutura do objeto de estudo (6) e produção de mapas com as sínteses dos dados coletados, localizando-os (7). Tais procedimentos confrontados e suplementados permitem uma análise mais ampla dos processos abordados.

Figura 1: Mapa do município de Deputado Irapuan Pinheiro e seus distritos.



Fonte: Autor, 2022.

2. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO SERTÃO NORDESTINO E A FORMAÇÃO DO POVOADO DE SÃO BERNARDO.

Seguindo as proposições metodológicas de Santos (1985), pretende-se compreender a ocupação do território de Deputado Irapuan Pinheiro a partir de um grupo de variáveis. Para entender o processo de povoamento do município é necessário, ater-se primeiro à variável meio ecológico. Segundo Santos (1985, p. 5): o meio ecológico “é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano”. Assim, esta variável refere-se ao substrato natural, essa primeira natureza é modificada pelo homem usando a técnica.

Segundo o autor, os elementos do espaço são “intercambiáveis”, isto é, inseparáveis. Dessa forma, é imprescindível analisar a base física, material e substrato de todas essas relações no espaço. Essa variável não se encontra mais “intocada”, pois é modificada e dá espaço a novas materialidades que se “colam” ao espaço pré-existente, formando um novo meio. Para o autor:

O meio ecológico já é meio modificado e cada vez mais é meio técnico. Dessa forma, o que em realidade se dá é um acréscimo ao meio de novas obras dos homens, a criação de um novo meio a partir daquele que já existia: o que se chama de “natureza primeira” para contrapor à “natureza segunda” já é natureza segunda (Santos, 1985, p. 6).

No caso do meio ecológico abordado, o sertão nordestino, mais especificamente o interior cearense, a ocupação se consolidou tardiamente em relação a outras capitanias, somente no final do Século XVII, já que o sistema de capitanias hereditárias não promoveu a ocupação efetiva do território por ser um espaço escasso em água, de vegetação densa, grande extensão territorial e com a presença da forte resistência indígena. (Nogueira, 1985).

O sertão é uma das sub-regiões da região Nordeste do Brasil, caracteriza-se pela presença de altas temperaturas, pouca e mal distribuída pluviosidade. Isso influenciou sua ocupação que se iniciou às margens dos Rios Jaguaribe, Acaraú e outros corpos hídricos que eram vitais para favorecer a expansão do gado (Nogueira, 1985), e posteriormente do algodão (Farias, 1997).

No entanto, apesar das adversidades que o sertão apresentava, a pecuária extensiva se adaptou bem a esse meio, tanto por motivos naturais como por fatores de localização geográfica e proximidade às principais feiras de comercialização, permitindo assim, a intensificação do processo de interiorização da pecuária. Sobre tais fatores, Farias (1997, p. 21) destaca:

O gado adaptou-se bem à caatinga; para expansão pecuarista contribuíram fatores como as vastas extensões, as abundantes pastagens, o caráter salino do solo, a própria facilidade na aquisição de sesmarias, a exigência de poucos capitais e o fato de que o gado, na hora da comercialização dispensava despesas com transporte, pois consistia num produto que se autotransportava (Farias, 1997, p. 21).

Já no fim do Século XIX, a crise no abastecimento internacional de algodão ocasionada pela Guerra Civil Americana fez crescer, no interior nordestino, a produção dessa malvácea. Com isso, a economia desse espaço foi dinamizada e as metamorfoses espaciais intensificadas em vários pontos do interior, permanecendo algumas delas no espaço na forma de rugosidades¹.

A ocupação do território de Dep. Irapuan Pinheiro não difere da lógica do restante do interior cearense, caracterizando-se como um espaço carente de reservatórios hídricos, à exceção do Riacho do Sangue, cuja nascente localiza-se no município estudado. Apesar de ser um rio intermitente, esse corpo hídrico está ligado ao início da ocupação, que começou como um ponto de

¹ “Chamemos de rugosidade o que fica no passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como forma isolada ou como arranjos. (Santos, 2008, p. 140).

parada para fazendeiros do Cariri². Essas práticas eram comuns entre os fazendeiros/vaqueiros que atravessavam o sertão. Os “pontos de parada” eram escolhidos conforme a localização geográfica (cruzamento de rotas de transporte do gado) ou características físico-naturais, como: disponibilidade de água e pasto, sobretudo as ribeiras de rios e riachos (Girão, 1994).

Verificou-se nessa região uma intensa disputa pelo domínio desse território entre os povos nativos e o “homem branco” nas margens do principal corpo hídrico do município. Após os conflitos, o referido Riacho que, até então, chamava-se Riacho das Pedras ganhou a atual alcunha pelo fato de o sangue dos nativos ter escorrido em sua calha. Esse relato faz parte da identidade cultural de Irapuan e de toda região Sertão Central do Ceará. A versão mais comum é relatada por Artidônio Vieira dos Santos³, segundo ele, o conflito se deu da seguinte forma:

Os índios que habitavam essa região bebiam água e moravam próximos às cabeceiras do Riacho do Sangue. Quando os portugueses vieram desbravar essas terras, eles saíram matando os índios e como nessa nossa região é muito difícil água, a nascente do Riacho do Sangue foi muito visada por eles. Como eles tinham armas muito melhores, eles mataram muitos e o sangue dos índios desceu junto com a água do Riacho e aí foi batizado com esse nome. O povo diz que foi uma guerra, mas foi uma matança mesmo (Santos, Artidônio Vieira dos. Em entrevista realizada em 14/07/2022).

Segundo a Revista do Instituto do Ceará, essas terras foram doadas pela coroa ao fim do Século XVII, se estendendo pelas ribeiras da região para dar fomento à criação de gado:

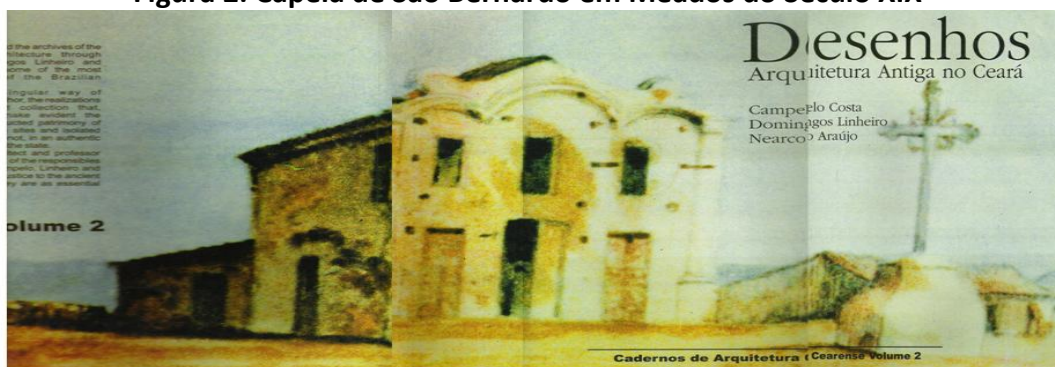
Foram doadas pelo mestre de campo General do Brasil e Governador da Bahia, Roque da Costa Barreto, aos 24 de janeiro de 1682, seus donatários foram o capitão Bartolomeu Nabo de Correia e 40 companheiros. Instalaram-se pelas ribeiras dos Quixelôs, Riacho do Sangue e circunvizinhas. (Rev. Do Inst. Do Ceará, vol. 16, pág.192, oferecida ao Barão de Studart por Monsenhor Afonso Pequeno, 1902, *apud* Costa, (não publicado), p. 34).

O processo de ocupação desse território de forma mais efetiva iniciou-se, porém, apenas no Século XVIII, já que a edificação da antiga capela é datada do ano de 1770. A capela Nossa Senhora Imaculada Conceição (atual igreja matriz) e o primeiro povoado (atualmente sede municipal) localizam-se à margem direita do Riacho do Sangue, doze quilômetros de sua nascente. O deslocamento da ocupação se deu pela expansão da pecuária em direção ao Rio Jaguaribe.

² Região localizada na porção sul do Ceará. Em razão da disponibilidade de água e da proximidade às feiras de comercialização de charque em Pernambuco, a pecuária era muito presente nesta região.

³ 80 anos, antigo morador da Zona Rural de São Bernardo e comerciante do distrito de Baixio.

Figura 2: Capela de São Bernardo em Meados do Século XIX



Fonte: Ana Maria Martins da Costa, 2006.

O espaço estudado foi habitado por diferentes contingentes humanos. De acordo com Souza (2011), o Sertão Central foi habitado inicialmente pelos indígenas Tapuias, Jenipapos, Kanindés e Quixarás. Mais tarde, no Século XVIII, a partir do sistema de capitanias hereditárias a região foi habitada por latifundiários e camponeses que trabalhavam para esses proprietários. Mesmo com essa ocupação, a presença indígena continuou, com a presença de “caboclos”⁴. Isso fica claro na fala de Vilauba Holanda⁵, que destaca essa relação conflituosa: “Alguns sítios daqui eram assim: metade branco e metade caboclo, caboclo pegado no mato, amansado. Aí sempre teve essa rixa porque nem caboclo gosta de branco, nem branco gosta de caboclo.”

Segundo Costa (Não publicado), as primeiras famílias a colonizar o município foram as famílias Cloves, Borges e Ricarte. Moradores antigos da região também incluem a família Bernardo. Um dos nomes mais conhecidos dessas famílias é o senhor Manoel Ricarte que deixou como herança enormes glebas ao Senhor Álvaro Ricarte que se tornou muito influente na região de Cachoeira⁶, sendo vereador (1900 – 1928), presidente da Câmara e prefeito do município.

É possível afirmar também, a partir de documentos encontrados na câmara municipal de Solonópole, que em meados do século XIX já havia um incipiente comércio em São Bernardo, restrito a gêneros subsidiários. Desde o Século XVIII até meados do Século XX a violência era muito presente nesse lugar, sobretudo o cangaço⁷. Já no início do século XX a população de São Bernardo⁸ era numerosa para os padrões da época, sendo o distrito mais populoso de Cachoeira.

⁴ No senso comum do interior cearense significa: descendentes de indígenas que habitavam essas terras.

⁵ 90 anos, antiga moradora de São Bernardo.

⁶ Até o ano de 1943, o município de Solonópole (a qual pertencia a São Bernardo) denominava-se Cachoeira.

⁷ Este cangaço não era composto por grupos nômades, mas por jagunços a mando de coronéis para proteger suas terras, expulsar e assassinar qualquer pessoa que contestasse o seu poder ou causassem desordem em suas posses.

⁸ Em 1862 São Bernardo passa a categoria de Distrito, por meio da lei provincial nº 1023, de 14-11-1862, (IBGE).

Tabela 1: Recenseamento populacional do município por sexo-1920.

Sede e distritos	Homens	Mulheres	Total
Cachoeira	1.641	1.627	3.268
Flores (1)	867	942	1.809
São Bernardo (2)	1.848	2.001	3.849

(1) Distrito de São José de Solonópole

(2) Município de Deputado Irapuan Pinheiro

Fonte: IBGE *apud* Pinheiro, 2009.

É necessário salientar, porém, que essa população era majoritariamente rural. Dados do IBGE (1950) mostram que apenas 4,6% dos habitantes do distrito residiam na zona urbana. Foi nesse período que o espaço, então denominado Tataíra,⁹ começou a ser transformado.

Segundo o IBGE, em 1960 a população contava com 7.414 habitantes. Isso fez com que o poder público direcionasse algumas infraestruturas para o distrito. Segundo relatos, o primeiro calçamento foi construído na Gestão de Suelly Pinheiro (1973 – 1977); assim como a energia elétrica, primeiro movida a diesel, e na década de 1980, por fiação elétrica.

A partir da segunda metade do Século XX, o comércio de Tataíra começou a prosperar, em razão da centralidade que exerce frente à sua populosa região rural. A produção de algodão (muito comum nas regiões próximas à Tataíra) também contribuiu para esse desenvolvimento, no qual o comércio era composto por pequenos núcleos comerciais denominados “bodegas”¹⁰.

Os agentes políticos de Solonópole dificilmente visitavam o distrito ou alocavam recursos. Os moradores entrevistados relatam que a região só era lembrada em épocas de Pleito, prática muito corriqueira no Brasil, sobretudo em regiões mais distantes dos centros de poder. Sobre essa questão, Seu Adail de Lima¹¹ ressalta: “só vinham em época de eleição. Eles chegavam e só faziam pegar o voto, depois vinham quatro anos depois pegar de novo.”

Porém, para haver cidadania é necessário a presença do Estado não só em períodos eleitorais, pois esta não se resume ao voto, conforme Santos (2011, p. 118):

O eleitor também não é forçosamente o cidadão, pois o eleitor pode existir sem que o indivíduo realize inteiramente suas potencialidades como participante ativo e dinâmico de uma comunidade. O papel desse eleitor não cidadão se esgota no momento do voto. (Santos, 2011, p. 118).

⁹ Pelo decreto-lei nº 1.114, de 30-12-1943, São Bernardo denominou-se Tataíra e Cachoeira Solonópole. (IBGE)

¹⁰ Pontos comerciais que vendiam produtos como roupas, calçados, alimentos, utensílios e bebidas.

¹¹ octogenário, morador de Tataíra (Entrevista realizada em 31/03/2022).

Essa cidadania incompleta se materializava no território. Os moradores entrevistados são unânimes ao indicar a quase total inexistência de infraestruturas. O deslocamento para a sede de Solonópole era precário, em estrada carroçal. Segundo Vilauba Holanda, as principais vias de acesso a Solonópole foram feitas pela própria população em mutirões com auxílio de ferramentas manuais e caminhões. A antiga residente também cita o preconceito com relação à São Bernardo pela grande descendência indígena, afirmando que esse era um dos fatores para o descaso.

Segundo Joaquim Claudenísio¹², o distrito de Tataíra era muito carente de infraestruturas:

Nessa área urbana, quando se tornou município, era um distrito “depenado”. O que tinha aqui era um posto de saúde com uma salinha e uma escola com duas salas e tinha um calçamento que não chegava a cem metros. Aqui vinha as coisas se desse certo, era um distrito abandonado. (Pinheiro, Joaquim Claudenísio. Entrevista realizada 15/10/2021).

A tabela 2 demonstra a negligência das gestões de Solonópole com seu distrito mais antigo e populoso. De acordo com populares, a ausência estava ligada à distância geográfica e ao fato de a região ser muito ruralizada. Percebe-se assim, que Tataíra e São José, possivelmente por serem os distritos mais distantes da sede, eram os últimos a receber ações públicas.

Tabela 2: Periodização da aquisição de infraestruturas e políticas públicas dos distritos de Solonópole.

Distritos (Ano de fundação)	Energia hidrelétrica	Escola municipal	Posto de saúde	Praça pública
Assunção (1964)	1982	1954	1979	1977
Cangati (1935)	1989	1905	1970*	1977
Pasta (1935)	1976	1964	1980	1977
Prefeita Suelly Pinheiro (1991)	1976	1919	(sem informação)	1996
São José de Solonópole (1902)	1977	1987	1980*	1977
Tataíra (1852)	1980*	1983	1980*	1977

*Década de

Fonte: Organizado pelo autor baseado em documentos historiográficos, relatos orais e no Livro “Solonópole” de Francisco Dantas Pinheiro. (2022)

¹² morador de Tataíra e atual vereador de Deputado Irapuan Pinheiro.

É perceptível, a partir da observação da tabela 2, a demora para o surgimento de infraestruturas em Tataíra, dentre elas, a primeira escola municipal inaugurada apenas em 1983. Também vale ressaltar, o tardio aparecimento da energia elétrica no distrito, tendo em vista que o distrito Prefeita Suelly Pinheiro obteve a instalação da energia hidrelétrica com quatro anos de antecedência, bem como obteve primeiro sua escola, isso quando ainda era vila de Solonópole.

3. A NEGLIGÊNCIA DO PODER ESTATAL DE SOLONÓPOLE E O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO DISTRITO DE TATAÍRA

Diante do exposto, se faz necessário abordar as mudanças no aspecto político-administrativo que transformaram drasticamente a realidade do espaço estudado. Cabe destacar, que anterior ao processo de emancipação ocorrido em 1988, esse espaço passou por outro processo desse gênero. A primeira emancipação ocorreu em 1963 (IBGE), quando foi extinto o distrito de Tataíra e criado o município de São Bernardo do Ceará. Dois anos depois, o município foi extinto e reintegrado à Solonópole como distrito e voltando a denominar-se Tataíra.

A extinção desse município e de muitos outros no Ceará demonstra a forma irresponsável de sua criação e justifica sua reintegração ao antigo município, como coloca Cigolini (2012, p. 479): “Em 1964, por exemplo, foram extintos 252 (municípios) no Estado do Amazonas e, em 1965, foram extintos 161 no Estado do Ceará. Essas extinções foram motivadas por diversas irregularidades nos processos de criação de municípios naquele período.”

Nesse contexto, a emancipação política desses distritos, na prática, mostrou-se inexpressiva. A ausência de condições mínimas para a dinâmica municipal e a dependência econômica fez com que a União, que a época vivia a política centralizadora da ditadura militar, reintegrasse os distritos emancipados a seus antigos municípios em 1965¹³.

Após o processo de redemocratização, as mudanças na legislação e a emancipação de outros municípios, como o vizinho município de Milhã reacenderam o interesse em emancipar Tataíra. Merecem destaque nesse processo as figuras de Francisco Pinheiro Landim¹⁴ (Deputado Estadual)

¹³ De acordo com o ex-Deputado Pinheiro Landim (parlamentar que levou o projeto de emancipação a Assembleia Legislativa do Ceará), a extinção de municípios não ocorreu em todos os Estados da Federação. No Ceará, foram extintos os municípios onde não havia acontecido eleições (caso de São Bernardo do Ceará).

¹⁴ À época, a maior liderança da região do Sertão Central e Jaguaribana. Francisco Pinheiro Landim era um dos maiores nomes do MDB nesse período e sua influência entre seus correligionários ultrapassa as divisas do Estado. Era conhecido em boa parte do interior do Ceará como “manda chuva” pelo poder de decisão e influência entre os deputados da base aliada ao Governo Tasso Jereissati (1987 – 1991). Nesse contexto de emancipação política de Dep. Irapuan Pinheiro,

e Francisco Edson de Oliveira (comerciante e liderança local), além da contribuição do então prefeito de Solonópole Antônio Pinto de Macêdo que não ofereceu resistência ao processo, pois as lideranças integravam o seu grupo político.

Na concepção popular e das lideranças políticas, desmembrar-se de Solonópole seria livrar-se dessa dificuldade de deslocamento para a Sede Solonopolense. Por conseguinte, essa decisão elegeria políticos que entendessem melhor os problemas da população e, assim, procurassem solucioná-los, principalmente com as mudanças que ocorreriam após a constituição de 1988 que descentralizaria mais recursos e responsabilidades para o município (Pontes, 2010). O período entre o fim da ditadura militar e a promulgação da constituição foi de grande reordenação territorial no Ceará, surgiram 36 municípios, dentre eles Deputado Irapuan Pinheiro. Após o fim do regime, a Lei N° 1 de 09/11/1967 regeu a criação de municípios, com medidas mais flexíveis, dando autonomia aos estados para realizar o processo (Pontes, 2010).

Essa “febre das emancipações” (Fonseca, 2020) em geral, é vista negativamente, porém, em Deputado Irapuan Pinheiro o processo se deu pelo descaso das gestões solonopolenses e a insuficiência de políticas públicas junto a vontade de lideranças locais que foram decisivas para o desmembramento. Para Silva e Alencar (2015), essa realidade é recorrente em emancipações:

A função do poder no processo de criação de municípios não é denegar aos indivíduos o direito à vida social, pelo contrário, em muitos casos, quando os atores políticos se reúnem para a emancipação de distritos, são motivados pelo descaso dos municípios de origem com a demanda social de sua população. (Silva; Alencar, 2015, p. 65)

A desigualdade do município de Solonópole fez com que surgissem na população de um mesmo território cidadãos e não cidadãos a depender de sua localização, como destaca Santos (2011, p. 167): “O homem-cidadão, isto é, o indivíduo como titular de deveres e direitos, não têm o mesmo peso nem o mesmo usufruto em função do lugar em que se encontram no espaço total”. É necessário salientar que concretizada a emancipação, isso também se converteria em benefícios políticos para os agentes, fato determinante para o interesse destes, em sua concretização¹⁵. Tal prática é corriqueira no Brasil, sobretudo no Nordeste. Cita Vieira (2007):

Pinheiro Landim era Deputado Estadual e foi autor de projetos de lei para emancipações de outros cinco municípios no Ceará, além do objeto de estudo (Milhã, Amontada, Salitre, Varjota e Umirim).

¹⁵ Essa realidade se concretizou, o sentimento de gratidão refletiu nas urnas. Edinho se elegeu o primeiro prefeito com 71% dos votos (2.051 no total), já Pinheiro Landim teve expressivas votações nas eleições posteriores.

Podemos então perceber que os ventos da redemocratização do país sopraram mesmo antes da promulgação da constituição. Obviamente que para os deputados a criação de mais municípios representa uma espécie de aumento dos seus redutos eleitorais, pois lamentavelmente a política partidária brasileira ainda apresenta muitos resquícios da política coronelista da república velha. (Vieira, 2007, p. 13)

Para Santos (2011), a distância do poder estatal torna-se uma justificativa para a não aquisição de direitos, sobretudo em regiões mais ruralizadas, como era o caso de Tataíra:

Esse homem do campo é menos titular de direitos que a maioria dos homens da cidade, já que os serviços públicos essenciais lhe são negados sob a desculpa da carência de recursos para lhe fazer chegar saúde e educação, água e eletricidade, para não falar de tantos outros serviços essenciais. (Santos, 2011, p. 105)

Assim, a descentralização mostrou-se a melhor opção, talvez a única para a obtenção de direitos, ideia forte na maior parte da população, conforme contam os relatos. Esse quadro é fortalecido pelo histórico político interiorano, onde, segundo Holanda (2004), a impessoalidade do Estado quase inexistente e assim é preferível ter agentes próximos no poder para solicitar demandas, em muitos casos, pessoais.

Mesmo assim, é consenso entre a população que esse espaço mudou muito após a emancipação. Segundo o morador de Tataíra, Ícaro Vieira:

Se isso aqui não passa a município, estava desabitado. Aqui não tinha nada, imagina a gente sem ter nada aqui pertencendo ainda a Solonópole, seria uma catástrofe. Isso aqui depois da emancipação é outra realidade. Acho que Irapuan nunca teve uma gestão desastrosa, todas tiveram sua importância e isso melhorou a vida do povo. (Vieira, Antônio Ícaro. Em entrevista realizada em 14/04/2022).

Segundo relatos, Tataíra não tinha os requisitos para se tornar município, a começar pela população exigida por lei. Além disso, o distrito também não tinha o número mínimo de residências urbanas, sendo necessário usar algumas manobras de influências políticas¹⁶.

Essas manobras foram feitas para que posteriormente o Projeto de Lei fosse aprovado na Assembleia Legislativa e, após a realização de um plebiscito, passasse para a sanção do Executivo. Em todas as etapas, a presença da “cordialidade” nos termos de Holanda (2004) foi presente, desde a contagem dos dados até o plebiscito que, segundo relatos, teve pouca fiscalização.

¹⁶ Para atender a população mínima, vilas e sítios de distritos vizinhos foram integrados ao território de Tataíra. Já para alcançar as 200 casas exigidas na lei, zonas rurais foram registradas como urbanas. Isso ocorreu por intermédio de Pinheiro Landim e do Prefeito de Solonópole Pinto Macêdo junto à Câmara Municipal de Solonópole.

O próprio topônimo explica como essas relações foram necessárias para a emancipação. Segundo familiares de Edinho sua vontade era renomear o lugar como São Bernardo, a mudança, no entanto, foi um pedido de Pinheiro Landim para homenagear seu cunhado Irapuan Dinajá Cavalcante Pinheiro¹⁷. Tal realidade é também presente em situações semelhantes. Destaca Fonseca (2020):

O curioso é que este último (município) deveria ser chamado de Mimoso do Oeste, que era a sua denominação enquanto distrito. Contudo, passou a ser chamado de Luis Eduardo Magalhães. Segundo comentários das lideranças locais, a mudança fez parte do acordo político para o senador (Antônio Carlos Magalhães) concordar com a emancipação, tendo em vista que LEM era o nome do seu filho, deputado federal, que faleceu em 1998 aos 43 anos. (Fonseca, 2020, p. 482)

Segundo os moradores antigos, havia a intenção de que o município se chamasse São Bernardo, entretanto, prevaleceu a influência da liderança. As mudanças, no entanto, não foram só no nome e na unidade administrativa. Se faz necessário analisar, quais dessas melhorias têm relação com a mudança a município e se as injustiças territoriais de Tataíra foram amenizadas.

4. MUDANÇAS ESPACIAIS, POLÍTICAS E SOCIAIS NO TERRITÓRIO DE IRAPUAN PINHEIRO

Com o processo de emancipação política e a criação de Deputado Irapuan Pinheiro como município independente, várias transformações sociais, políticas e espaciais ocorreram na recém-criada unidade administrativa. É válido salientar que essas metamorfoses não ocorreram de forma rápida, mas sim lenta e gradativamente nos anos e décadas posteriores à emancipação.

Os primeiros anos do município não foram fáceis, as lacunas presentes no distrito de Tataíra perduraram e exigiam do poder local medidas para melhorar a qualidade de vida da população. Nesse sentido, as primeiras administrações municipais tiveram inúmeros desafios, pois além de ser uma pequena cidade do sertão nordestino, não continha os serviços básicos nesses anos iniciais. Segundo Maria Ivone Brito¹⁸, os primeiros anos de Dep. Irapuan Pinheiro:

¹⁷ Irapuan Dinajá Cavalcante Pinheiro foi deputado estadual por quatro mandatos, entre os anos de 1963 e 1982 (ano de seu falecimento). Irapuan era membro de uma família muito tradicional na política do Sertão Central e do Vale do Jaguaribe que ainda, atualmente, tem integrantes na esfera local e estadual. A lacuna deixada pelo parlamentar foi preenchida pelo deputado Pinheiro Landim, seu cunhado, que através de sua influência política contribuiu decisivamente para a emancipação do Distrito de Tataíra e a mudança no topônimo para Deputado Irapuan Pinheiro.

¹⁸ Esposa de “Edinho” (primeiro prefeito do município e liderança local envolvida no processo emancipatório).

Foram difíceis demais, basicamente não tinha nada. Edinho construiu posto de saúde para o Baixio, Betânia, Hospital, Parque de Vaquejada, praça de Betânia.... Ele teve que comprar tratores para melhorar as estradas, construir açudes, levar material para as escolas. Como a gente era muito esquecido quando era distrito, aqui não tinha quase nada, teve que começar tudo do zero. (Brito, Maria Ivone. Em entrevista realizada em 02/05/2022.)

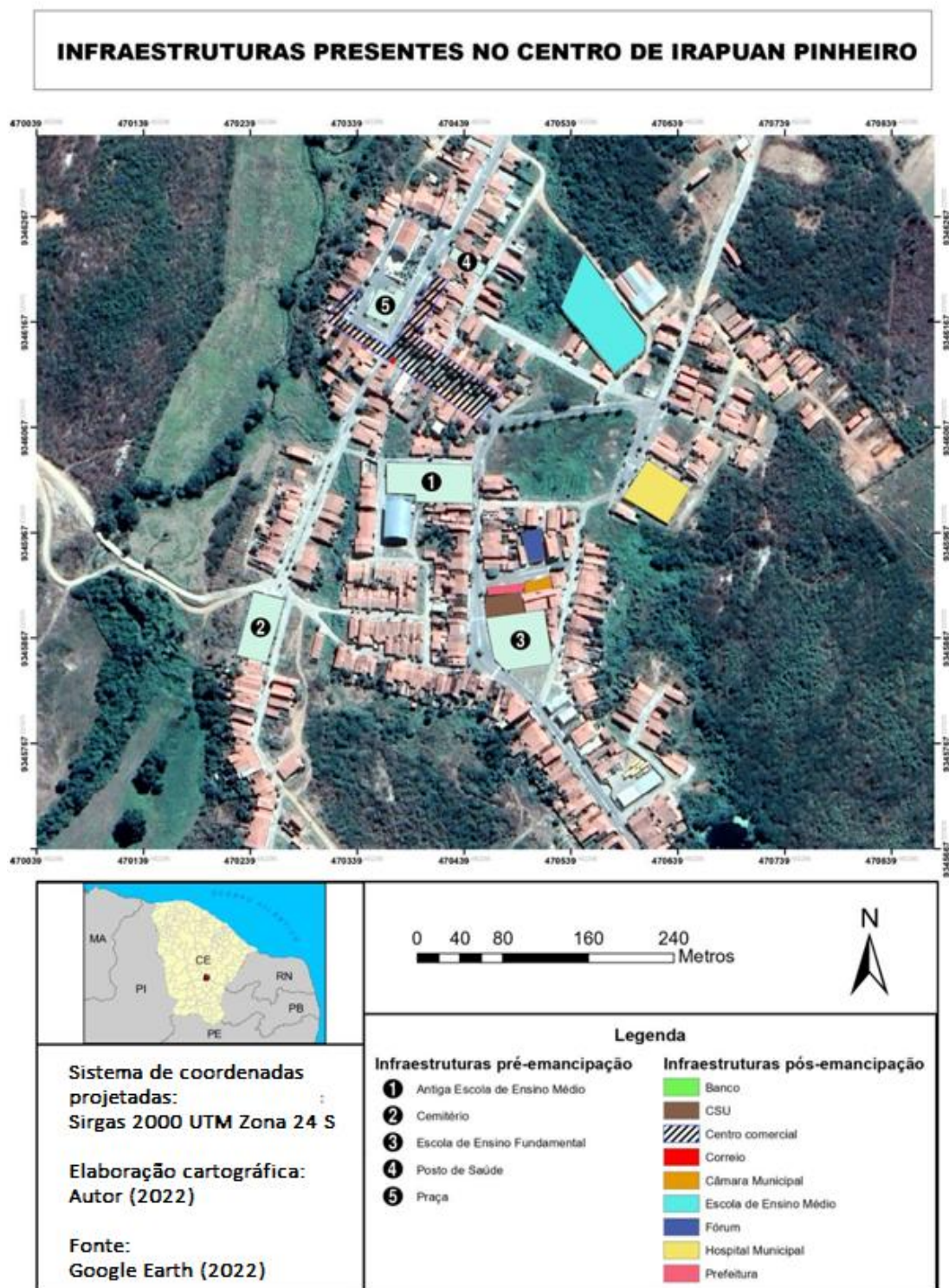
Essas mudanças não se limitaram aos primeiros anos e, gradualmente, foram proporcionando mais direitos para os moradores. Para Santos (2011), o acesso aos direitos é determinado pela posição de determinado indivíduo no território que ocasiona maior ou menor disponibilidade de recursos financeiros e benefícios sociais. Atesta Santos (2011, p. 161):

A possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser condição de sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam. (Santos, 2011, p. 161).

Após a emancipação houve a aquisição de infraestruturas. As primeiras obras efetuadas foram o hospital e a construção de espaços de sociabilidade, como Centro Social Urbano¹⁹, inaugurados na década de 1990; os primeiros prédios públicos como Câmara Municipal, Prefeitura e Fórum também foram construídos na referida década. Essas instituições eram construídas a partir do poder público local e da articulação com a esfera estadual e federal.

¹⁹O CSU é um espaço de sociabilidade onde ocorrem formaturas, festas juninas, eventos religiosos, dentre outros.

Figura 3: Infraestruturas no espaço nos períodos pré e pós a emancipação.



Fonte: Autor, 2022.

Além dessas instituições, foram realizadas algumas pavimentações, a extensão da energia elétrica, o fornecimento de transportes para a saúde e um Parque de Eventos, fomentando práticas

culturais e de lazer. Essas transformações garantiram o mínimo de direitos até então inexistentes ou deficientes nesse território como: mobilidade urbana, saúde, lazer e etc.

Tais mudanças se fizeram presentes também na zona rural do município com o piçarramento de estradas (melhorando a mobilidade), construção de açudes e poços artesianos (fomentando o consumo e agricultura familiar), aquisição de programas rurais beneficiando os agricultores com sementes selecionadas, inseminação artificial, dentre outros benefícios.

Atualmente, no entanto, o município de Irapuan tem uma realidade semelhante às demais pequenas cidades cearenses. Sua população tem uma distribuição majoritariamente rural, com 54,57% da população vivendo no campo (IBGE, 2010). Nesse contexto, há uma grande concentração no setor primário, sobretudo na produção agropecuária de subsistência.

Assim sendo, a vontade em tornar o setor secundário consolidado no município é antiga e o sonho de vários gestores. As tentativas de trazer uma fábrica que movimentaria a economia local a partir da geração de empregos e renda fazem parte dos objetivos e promessas dos gestores e pessoas envolvidas na política local. Segundo o prefeito Francisco Gildecarlos Pinheiro:

O nosso sonho é a empresa, de trazer uma fábrica para a cidade e eu tive a oportunidade de apresentar o município para um grupo de investidores lá em Gramado, no Rio Grande do Sul e vou apresentar também em São Paulo, porque a gente vê cada vez mais o Sul chegando aqui no Nordeste e nós temos um fator muito importante que favorece a gente: água. Das cidades vizinhas nós somos uma das que tem o melhor potencial hídrico. (Pinheiro, Francisco Gildecarlos. Em entrevista realizada em 20/07/2022)

Para o ex-prefeito Luiz Claudenilton Pinheiro atrair investidores para um município pequeno como Deputado Irapuan Pinheiro não é tarefa fácil. Salienta o ex-gestor:

Há uma luta de muitos anos que é a questão da fábrica, que não é fácil você convencer investidores externos para vim pra dentro do município, mas é preciso porque a prefeitura sozinha ela não consegue resolver o problema (do desemprego). Ela pode ser uma facilitadora. (Pinheiro, Luiz Claudenilton. Em entrevista realizada em 20/07/2022)

Percebe-se, então, que no município há uma grande dependência da prefeitura. No setor terciário essa realidade não é diferente. O comerciante Antonioldison de Oliveira destaca:

Do dia 27 de um mês ao dia 7 do mês da frente, mais ou menos, o movimento é maior, porque é quando o pessoal recebe o pagamento e vem comprar nos comércios. No restante do mês é só um "pingapinga", o povo vem comprar só o que precisa com mais urgência. (Oliveira, Antonioldison de. Em entrevista realizada em 13/10/2022).

Essa tônica pode ser facilmente percebida a partir dos fluxos na paisagem. Durante o período de pagamento do funcionalismo público, o centro comercial de Irapuan Pinheiro fica mais movimentado, recebendo habitantes das áreas rurais e dos distritos do município para poderem sacar o seu salário na agência bancária local e na mesma viagem fazer as compras do mês.

Sobre essa dependência da administração pública, o prefeito Gildecarlos e o ex-prefeito Claudenilton, que militam em lados opostos na política irapuense, concordam:

Uma dependência imensa do setor público, a maioria dos empregos são ligados à prefeitura. A gente tá tentando fortalecer a iniciativa privada para diminuir essa dependência. Na questão da pecuária, da agricultura e do comércio, estamos fazendo inseminações artificiais para crescer a produção de leite, estimulando o comércio local a participar das licitações da prefeitura, mas ainda é algo muito tímido, eu percebo um certo medo por conta da burocracia. (Pinheiro, Francisco Gildecarlos. Em entrevista realizada em 20/07/2022).

Muito (dependente), demais mesmo. Nunca aconteceu, mas se um dia na história esse município atrasar sua folha de pagamento o impacto é imensurável, o município para. Desde 2017 que o salário dos servidores é pago dentro do mês trabalhado, justamente por entendermos essa dependência. Atrasar o pagamento seria o maior desastre de uma gestão aqui. (Pinheiro, Luiz Claudenilton. Em entrevista realizada em 20/07/2022).

Nesse cenário, o poder estatal fornece centenas de oportunidades de emprego. Segundo o Prefeito do município, a prefeitura conta (setembro de 2022) com aproximadamente 700 funcionários, injetando na economia local R\$1.201.062,09 mensalmente. O portal da transparência da Prefeitura Municipal confirma essa informação de forma mais precisa (Tabela 3).

Tabela 3: Servidores públicos municipais de Irapuan Pinheiro por ano e vínculo.

Ano:	2019	2020	2021	2022*
Vínculo				
<i>Efetivo</i>	414	422	411	397
<i>Temporário</i>	66	66	99	166
<i>Comissionado</i>	48	39	38	49
<i>Substituto</i>	36	17	29	22
<i>Outros (Cedido, inativo e pensionistas).</i>	52	57	167	90
Total:	616	601	744	724

*Os dados de 2022 referem-se ao período de janeiro a setembro.

Fonte: Organizado pelo autor baseado no portal da transparência da Prefeitura Municipal de Deputado Irapuan Pinheiro (2022).

A partir da análise da tabela, é possível realizar duas constatações principais: nos últimos dois anos (2021 e 2022) houve um aumento exponencial no quadro de funcionários, especialmente temporários; mesmo assim, quando se observam os servidores efetivos, houve uma redução. Isso pode ser explicado pelo jogo político que envolve os vínculos empregatícios na prefeitura, assim, alguns efetivos migraram para cargos comissionados e mais pessoas foram contratadas para manter e/ou ampliar o universo eleitoral, saturando o setor público municipal.

De acordo com Bacelar (2008), esse é um cenário recorrente em pequenas cidades:

O modo de fazer o urbano, calcado na ótica lusitana, sem muito apreço ao planejamento, no comum apadrinhamento político, nas noções de compadrio, nos laços familiares que levam a lógica do nepotismo, na relação direta com o patrimonialismo são resquícios mais que suficientes para a compreensão de que, nas pequenas cidades o modo de se fazer política e de administração pública choca-se com a modernidade. (BACELAR, 2008, p. 113)

Com isso, a “politicagem” como são vulgarmente chamadas essas práticas no interior cearense, faz parte da vida dos municípios. Até servidores efetivos sofrem ameaças de serem transferidos para regiões rurais do município ou para distritos distantes, caracterizando um cenário de práticas arcaicas ainda presentes no cotidiano da cidade. Essa realidade, ocasiona também a saída de boa parte de sua população economicamente ativa. Tal fator, pode ser percebido pelo baixo crescimento populacional do município, chegando até a diminuição.

Tabela 4 - Variação da população de Dep. Irapuan Pinheiro nos últimos censos do IBGE.

ANO	POPULAÇÃO	CRESCIMENTO (%)
1991	8.438	-5,3%
2000	8.387	-0,6%
2010	9.095	8,4%
2022	8.932	-1,8%

Fonte: Organizado pelo autor baseado nos últimos censos do IBGE (2023).

No espaço, essa realidade se traduz na falta de muitos bens e infraestruturas como rodovias pavimentadas, instituições educacionais, de saúde, entre outros. Isso porque, a maioria dos agentes políticos prefere conceder benefícios individuais aos coletivos, já que o primeiro traz mais ganhos eleitorais. Além disso, é possível perceber no município outras características do coronelismo²⁰e

²⁰ O coronelismo recebe essa designação, pois esses chefes locais possuíam, invariavelmente, alguma patente militar. O coronel era tão mais poderoso quanto maior sua capacidade de fazer favores e acionar o clientelismo (LEAL, 1948).

personalismo²¹ do Estado. Isso ocasiona nos agentes práticas clientelistas de “troca de favores” no decorrer de seu mandato. Para Carvalho (1998), essa prática consiste:

Qualquer noção de clientelismo implica troca entre atores de poder desigual. No caso do clientelismo político, [...] o Estado é a parte mais poderosa. É ele quem distribui benefícios públicos em troca de votos ou qualquer outro tipo de apoio que necessite. (CARVALHO, 1998, p. 240)

Em municípios pequenos e rurais, naturalmente os agentes políticos ficam mais próximos da população, o que resulta numa fusão entre as esferas pública e privada. Nesses municípios, o Estado não supre todas as demandas sociais, assim, muitas pessoas recorrem às relações de proximidade para suprir suas necessidades e desejos, sendo geralmente atendidos pelos representantes na intenção de perpetuar sua carreira política (Pase, Müller e Morais, 2010).

Ainda assim, o setor público não abarca toda a demanda por empregos, resultando na saída de boa parte de sua população para maiores centros urbanos, como já citado. Essa realidade é latente por sua incipiente dinâmica econômica, baixa produtividade do campo e dependência de transferência de recursos federais, fato elucidado por Bacelar (2009, p. 7):

A fonte principal desses repasses é o Fundo de Participação Municipal (FPM), criado pelo governo Federal como uma forma “de transferência de caráter compensatório, que procura dar mais recursos para aqueles municípios que têm menos condições de arrecadar por seus meios”. Além deste repasse Federal existe o repasse Estadual do ICMS, que são duas das principais formas de repasse de verbas de cidades de pequeno porte.

Essa dependência da economia local com relação ao setor público após a emancipação é entendida também por populares, geralmente como um fator positivo, creditando a melhoria de vida da população ao poder local e sua conseqüente geração de empregos e benefícios sociais. É relevante perceber, porém, os aspectos negativos que essa dependência traz. Para o ex-gestor Luiz Claudenilton, o problema não é somente a ausência de postos de trabalho:

E claro o maior problema é o desemprego, mas tem outra coisa que é a especialização para o emprego, porque a juventude quer e precisa do emprego, mas não tem a formação para isso. Essa é a maior limitação que temos por que aqui não temos muitos cursos técnicos, a escola de ensino médio que temos não é profissionalizante, então temos essas limitações. (PINHEIRO, Luiz Claudenilton. Em entrevista realizada em 20/07/2022).

²¹ O personalismo ocorre quando instituições coletivas são utilizadas para benefícios próprios ou de um grupo que ocupa a máquina pública, define-se também como a líderes políticos em detrimento do Estado (HOLANDA, 2004).

É necessário ressaltar também que a dependência do município não é somente do setor público municipal, mas também de municípios vizinhos. Demandas da saúde, busca de melhores bens e serviços, oportunidades de emprego e formação acadêmica são feitas em outros municípios como Acopiara, Iguatu, Juazeiro do Norte, Barbalha e Fortaleza.

Ainda assim, é importante reiterar que a aquisição dessas infraestruturas trouxe consigo alguns direitos que antes não existiam. Esses objetos geográficos, porém, não se restringiram à sede, nem nos primeiros anos, muito menos algumas décadas após o processo de emancipação. Nos dois maiores distritos do município, nos demais distritos e regiões rurais, algumas transformações aconteceram nos anos e décadas de Irapuan como município.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que a partir do estudo da formação da rede urbana cearense, é possível perceber como ocorreu o povoamento, o desenvolvimento comercial e a emancipação de Deputado Irapuan Pinheiro, pois as atividades desenvolvidas no restante do Ceará culminaram para o desenvolvimento dos núcleos urbanos interioranos, especialmente, a pecuária e o algodão.

O espaço pré-emancipatório que compreendia o distrito de Tataíra configurava-se como um espaço ruralizado, distante do centro de poder municipal e negligenciado pelo município de Solonópole. Essa realidade ascendeu em lideranças locais o anseio por emancipação visando descentralizar o poder e proporcionar o acesso à cidadania para as pessoas que ali residem.

O distrito de Tataíra não tinha os pré-requisitos exigidos em lei para emancipação, o que fez necessário vários conchavos das lideranças envolvidas para tornar Tataíra independente. Apesar de ser liderado por um pequeno grupo, o desejo por emancipação era praticamente unânime entre a população. O processo foi consolidado no dia 28 de abril de 1988.

Após a emancipação ocorreram muitas mudanças: construção de patrimônios públicos fundamentais para a vida em sociedade (hospital, escolas, postos de saúde, quadras, calçamentos, energia elétrica etc.), assegurando direitos como saúde, educação, mobilidade e lazer. A mobilidade urbana foi melhorada, bem como a construção de açudes, poços artesianos e cisternas foram ampliadas, fomentando uma das principais atividades do município: a agropecuária.

Sob um olhar mais crítico, depreende-se que algumas injustiças territoriais presentes em Tataíra permanecem em Deputado Irapuan Pinheiro: concentração de terra, desemprego, deficiências na saúde, mobilidade e educação, além de práticas coronelistas e clientelismo político.

Porém, é preciso ressaltar que essa realidade comparada ao distrito Tataíra permitiu a aquisição de direitos e melhorias na qualidade de vida das pessoas que vivem neste espaço.

6. REFERÊNCIAS

BACELAR, Whinston Kleiber de Almeida. **A Pequena Cidade nas Teias da Aldeia Global: Relações e Especificidades sócio-políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara-MG.** UFU. Uberlândia-MG, 2008.

_____. **Pequena Cidade: uma caracterização.** Grupo de Pesquisa em Educação e território. Uberlândia-MG, 2009.

CARVALHO, J. M. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual.** In: CARVALHO, J. M. Pontos e bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CIGOLINI, Adilar Antônio. **Território e criação de municípios: o significado teórico-político da compartimentação do espaço.** RA'E GA. O espaço geográfico em análise. N 25, p. 111-133, 2012. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/raega/issue/view/1394> Acesso em dezembro de 2021.

COSTA, Ana Maria Martins da. **Um sonho: SÃO BERNARDO.** Cfa e seus companheiros. Deputado Irapuan Pinheiro. No Prelo.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará: dos índios à geração cambeba.** Fortaleza: Tropical, 1997.

FONSECA, A. A. **Localismo, desempenho institucional e (In) justiça territorial.** Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía, Bogotá vol. 53, no. 9, p. 1689-1699, 2020.

GIRÃO, V. C. **Da Conquista à implantação dos primeiros núcleos urbanos na Capitania do Siará Grande.** In, SOUZA, Simone de. História do Ceará. Fortaleza. Fundação Demócrito Rocha, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-(IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/deputado-irapuan-pinheiro.html> Acesso em: Dezembro de 2022.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 26° Ed., 19° impressão, 2004, São Paulo-SP.

NOGUEIRA, Alcântara. **Iguatu: Memória sócio-histórico-econômica.** 2 ed. Fortaleza: [s.n.], 1985.

NOGUEIRA, João Bandeira. **Cachoeira Solonópole: Ceará - Brasil. Correspondências da Câmara Municipal: período de 1850 a 1916.** 2 v. Fortaleza: INESP, 2018. (230; 274 p.).

PASE, Hemerson Luiz; MÜLLER, Matheus; DE MORAIS, Jennifer Azambuja. **O clientelismo nos pequenos municípios brasileiros.** Pensamento plural, n. 10, p. 181-199, 2014.

PINHEIRO, Francisco Dantas. **Solonópole/Francisco Dantas Pinheiro**. Fortaleza, ABC Editora, 2009.

PONTES, Lana Mary Veloso de. **Formação do território e evolução políticoadministrativa do Ceará: os limites municipais**. Fortaleza: IPECE, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO. **Portal da transparência**. Disponível em: <https://transparencia.layoutsistemas.com.br/inicio> Acesso em: 10 de outubro de 2022.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. - São Paulo: Nobel. revista geonorte, 7(27), 78 – 84, 1985.

_____. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. Fundação Ulysses Guimarães, Porto Alegre-RS, 2011.

SILVA, V.; ALENCAR, A. G. de. **Formação territorial do Ceará, das 16 vilas originais 184 municípios atuais**. In: Bol. Goia. Geogr. (Online). Goiânia, v. 35, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2015.

SOUZA, N.A. **O ritual das orações durante o parto no Sertão Central do Ceará. (1960-2000)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, 2011.

VIEIRA, M. G. H. **O processo de emancipação política de Deputado Irapuan Pinheiro**. Curso de Pós-Graduação em História e Geografia, Faculdade Kurios, Maranguape-CE. 2007.

Artigo submetido em: 23/02/2023

Artigo aceito em: 24/11/2024

Artigo publicado em: 30/12/2024